

A INVISIBILIDADE DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Arilson Menezes de Carvalho¹

Gina Maria Imbroisi Teixeira²

Às vésperas da independência política e econômica da metrópole, frente a chegada da família real, foi iniciada, no Brasil, uma série de modernizações que viriam a transformar nossa história. Nesse ínterim, buscava-se também a conformação de uma literatura canônica nacional que valorizasse a nossa identidade, a cultura tradicional afro-indígena e o folclore.

Hoje, como resultado desse contínuo processo, podemos visualizar a não presença e falta de visibilidade de autores e obras que tenham retratado no interior de suas obras as heranças sociais, econômicas e estruturais que nos legaram os três séculos de escravidão e 315 anos de colonização portuguesa. Diante disso, trato nesse artigo o problema da duradoura ocultação da literatura afro-brasileira do cânone nacional com o objetivo de explicitar o que é a invisibilidade, identificar como ela ainda ocorre e quais as consequências deste processo.

Para o empreendimento de tal esforço, a pesquisa realizada de forma qualitativa contou com materiais disponibilizados principalmente em via virtual e escritos de literatos, autores, pesquisadores, acadêmicos e especialistas no assunto. Assim sendo, além de evidenciar movimentos de resistência e visibilização das obras afro-literárias, proponho esta investigação como um instrumento de resgate e perseverança da memória ancestral e nacional do país.

A literatura brasileira, assim como outros elementos culturais, é subdividida em gêneros, movimentos literários, estilos e modos de escrita. A fim de construir e solidificar uma memória nacional, críticos, pesquisadores e especialistas constroem manuais canônicos em que se definem obras e autores relevantes a história da literatura brasileira, de forma a fomentar a divulgação midiática desses nomes ou até mesmo inclui-los em currículos escolares e universitários.

O conhecimento e a popularidade de livros como “Capitães de Areia”, “Dom Casmurro” e “O Cortiço”, resultam, conforme relata Márcia Abreu em seu livro “Cultura Letrada”, publicado pela editora UNESP em 2006, de uma escolha baseada, de acordo com os críticos, em critérios de literariedade. Isto é, a seleção baseia-se em critérios intrínsecos a própria obra e seu texto, de maneira a desconsiderar quaisquer questões que lhe sejam externas tais como a editora de publicação do livro e prestígio do autor.

¹ Graduando em Letras – Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas Literaturas pelo Centro Universitário Jorge Amado - Unijorge. Email: arilsonmcarvalho@hotmail.com

² Graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas com Inglês. Especialista em Consultoria em Educação para o trabalho - Especialista em tradução Inglês / Português - Português / Inglês - Pós-graduada em Mídias na Educação - Atualmente, é professora do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Email: teacherginamaria@gmail.com

Entretanto, DALCASTAGNÈ³ (2008) em sua pesquisa de mapeamento do romance brasileiro constata a reduzida presença de obras escritas por autores negros na chamada Grande Literatura definida por manuais canônicos. Ainda que se possa perceber a notoriedade de personagens negros, como Bertoleza, do naturalista Aluísio Azevedo em “O Cortiço”, estes são colocados de forma estereotipada e geralmente em segundo plano.

Não obstante a isso, esta realidade é mais grave quando se examina a presença de mulheres negras entre os cânones da literatura brasileira. Mesmo com o reconhecimento de Maria Firmina dos Reis, autora do romance “Úrsula”, as mulheres negras possuem seus corpos atravessados pela intersecção do racismo, machismo e a estrutura de classe. Assim sendo, a atribuição de papéis como o de Gabriela em “Gabriela, Cravo e Canela” ou de o de Tia Anastácia de Monteiro Lobato, obedecem a uma lógica escravagista e colonial.

No fim de contas, historicamente, assim como no campo da arte, a literatura é atravessada por questões históricas e sociais. Desde o final do século passado, estamos vivenciando um cenário que tem possibilitado, ainda que aos poucos, o questionamento desse apagamento de escritores negros nos cânones brasileiros. A vista disso, Abreu (2006) ressalta que para entender essa hierarquização é preciso levar em conta que na maioria dos casos, não são os critérios linguísticos ou até mesmo estéticos e textuais que norteiam a classificação de autores e obras como parte da literatura erudita do país, mas sim há a questão dos valores dos críticos que realizam tal classificação.

O mercado editorial, os valores políticos e ideológicos da época, além da desqualificação dos chamados gêneros menores, como a crônica e memorialismo, incidem sobre a nomeação de uma literatura de grande prestígio social. Desta forma,

... para que uma obra seja considerada Grande Literatura, ela precisa ser declarada literária pelas chamadas “instâncias de legitimação”. Essas instâncias são várias: a universidade, os suplementos culturais dos grandes jornais, as revistas especializadas, os livros didáticos, as histórias literárias etc. (ABREU, 2006, p. 40)

O estabelecimento de uma grande literatura, implica, conseqüentemente na insurgência de uma literatura baixa, popular e de pouca significância. É baseado neste contexto que surge também um incômodo quanto ao processo de canonização e o esquecimento de outros grandes autores e autoras. Assim, a invisibilidade da literatura negra demonstra ser um sintoma de uma sociedade racista que coloca dificuldades ao reconhecimento e construção de memória do povo afrodescendente.

³ Regina Dalcastagnè é mestre em literatura pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em teoria literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora titular livre da Universidade de Brasília e tem como foco a pesquisa sobre história da literatura contemporânea brasileira.

Para abordar tal problemática, consideraremos aqui a existência de uma literatura afro-brasileira como parte constituidora de nossa literatura nacional, que diferente da hegemônica, é marcada por uma subjetividade experimentada, construída e vivenciada fundamentada na condição de mulher negra ou homem negro na sociedade brasileira (EVARISTO, 2009). Seria a literatura afro-brasileira, então, uma abordagem específica ao sujeito negro que expõe o racismo, o preconceito, o classicismo, a invisibilidade e a exclusão que lhe são atravessadas.

Como denomina a escritora e literata Maria da Conceição Evaristo⁴, é essa “escrivivência” que proporcionaria uma visão não estereotipada sobre a história negra no Brasil. A reivindicação desta vertente da literatura, nos concede

[...] como marco inicial o trabalho dos precursores Domingos Caldas Barbosa e sua Viola de Lereño, ainda no século XVIII; Luiz Gama, com suas Trovas Burlescas de Getulino (1859); e Maria Firmina dos Reis, cujo romance Úrsula (também de 1859) traz pela primeira vez às nossas letras a África e o porão do navio negreiro.” (DUARTE, 2013, p. 148-149)

É destarte a essas informações que buscaremos em seguida explorar os motivos que levaram a invisibilização da literatura afro-brasileira e colocar em evidência algumas ações que tem sido colocadas em práticas para contornar esse problema. De maneira a resgatar a luta do povo negro quanto a valorização de sua epistemologia e difundir as memórias já escritas por autoras e autores afrodescendentes.

Apesar de parecerem sinônimas, as duas colocações indicam a existência de literaturas caracterizadas de formas distintas. Ainda que tenham por intenção colocar em evidência toda a produção literária produzida por autores negros e que remetam a esta questão social, os conceitos podem ser mais ou menos abrangentes quanto aos seus critérios de classificação de uma literatura nacional.

De acordo com Domício Proença Filho (1988), seria uma **literatura negra**, aqueles textos, poesias, crônicas e romances de autoria negra ou feita por pessoas assumidamente como tal. Por consequência, ainda segundo o pesquisador, seriam eles, possuidores de uma visão de mundo que contemplaria aspectos culturais e ideológicos ligados a uma especificidade cultural. Em outras palavras, isso significa que a literatura negra será uma arte literária produzida por qualquer indivíduo desde que esta produção contenha em seu interior ao menos uma dimensão peculiar aos afrodescendentes e/ou aos negros.

Objetivando essa posição, o doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, Eduardo Duarte, defende que a manutenção do termo “literatura negra” pode vir a excluir movimentos

⁴ Maria da Conceição Evaristo é uma mulher negra, Mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Além disso, é literata e autora de obras como “Olhos D’água” e “Histórias de leves enganos e parencças”.

literários que não venham a se encaixar nas categorias de classificação propostas por Domício Proença Filho e por outros autores favoráveis a essa nomenclatura. A exemplo disso, o autor destaca a dificuldade de enquadrar Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis, que devido a época não se posicionavam como voz autoral negra.

Portanto, Duarte (2021) vê no conceito de **literatura afro-brasileira** a capacidade de englobar a diversidade de tendências presentes no discurso e na episteme afrodescendente em sua expressão literária, haja visto que o uso único de critérios étnicos e temáticos poderiam gerar algum tipo de censura ou constrangimento. Isto posto, o autor elenca os seguintes elementos para a identificação de uma literatura afro-brasileira:

uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepciona; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo.” (DUARTE, 2021)

A temática da literatura afro-brasileira, além de colocar em evidência elementos religiosos, culturais advindos dos povos de África, destaca também as vivências perpassadas por contextos vulneráveis de miséria e exclusão, consequentes ao modo em que se deu a abolição no país. A exemplo desta literatura, temos os escritos de Maria Carolina de Jesus, uma voz autoral negra e favelada, que relata seu sonho de tornar-se literata no século XXI através dos escritos sobre sua realidade enquanto mãe, pobre e catadora de lixo.

Quanto ao critério de autoria, Duarte aponta para intenção de “abarcas [todas as] identidades compósitas oriundas do processo miscigenado” (DUARTE, 2021), pois a atenção exclusiva a fatores fenótipos e biógrafos pode se tornar problemática. Como em Quarto de Despejo de Maria Carolina, o autor torna-se um item discursivo que se liga e dá materialidade ao texto que está sendo proposto. Similarmente, a adoção e uso de práticas pertencentes a um vocabulário que deriva de recursos linguísticos oriundos de África e transpostos ao país, ajuda a transformar o significado eurocêntrico e hegemônico posto em nossa língua e na literatura canônica.

Por fim e não menos importante, a intencionalidade quanto ao texto que se escreve e seu público alvo se colocam também como fatores especificadores de uma literatura. Na literatura afro-brasileira existe uma preocupação quanto o papel que o escritor pode vir desempenhar para a comunidade geral. A proposição de uma obra que hostilize preconceitos e estereótipos racistas, a longo prazo, exercem um papel educador e reafirma a literatura como item cultural indispensável a construção de uma autoestima dos afrodescendentes brasileiros.

Porém, o autor destaca que estes elementos por si são insuficientes para o reconhecimento de uma literatura afro-brasileira. Seria, então, a interrelação do tema, da

linguagem, da autoria, do ponto de vista e até mesmo do direcionamento, que definiriam o pertencimento ou não da obra dentro dessa literatura brasileira.

Ademais, existem também fatores dificultantes ao robustecimento dessas obras e desses literatos, dado que o processo de invisibilização, delegaram a esses autores o esquecimento de suas (e das nossas) memórias. Os mecanismos empregados para o favorecimento desta política serão explicitados na secção a seguir, como forma de elucidar ao leitor questões ideológicas que podem estar presentes no processo de canonização.

A literatura, além de ser uma forma de expressão artística através de uma linguagem dotada de sentido (POUND, 2006) é também uma ciência e como ciência, ela possui seu objeto de estudo e conhecimento. Por consequência, são produzidos currículos, ementas e programas para o ensino-aprendizagem de conteúdos relacionados a área. Isso posto, a identificação dos critérios estéticos e não estéticos nos permite enxergar as relações de força e de poder de nossa sociedade que estão presentes no fazer científico da matéria.

Desta forma esse processo, a escolha da metodologia e a organização da sequência e distribuição de assuntos possui, nesta área, implicações diretas no que será ou não apreendido como objeto investigativo. Logo, ao instituir uma literatura como referência de patrimônio cultural de país, ocorre também um processo de apagamento daquilo que não se encaixaria nas temáticas, na escrita e na editoração tradicional.

Diante disso, entender a canonização se faz uma tarefa imprescindível a compreensão da invisibilização da literatura afro-brasileira. Como descrito por Abreu (2006), a análise do método de canonização pela via estética é insuficiente, uma vez que a textos que disponham das mesmas características linguísticas, podem, a depender dos intelectuais encarregados de definir uma obra como relevante, tomar rumos distintos. Aquela que advir de um autor ou de uma editora de grande prestígio social tenderá a ser a canonizada, enquanto outras que não tiverem condições, enfrentarão maiores dificuldades para tal feito.

Isso se deve, em grande parte, pelas forças de poder que regem esse movimento. Uma delas é o pensamento abissal, termo trabalhado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos. Segundo o autor, esse tipo de pensamento representa um sistema de diferenciação entre aquilo que visibiliza ou invisibiliza. Como o próprio descreve em (2007),

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. (SANTOS, 2007, p. 71)

Assim sendo, o pensamento abissal, originado através da relação entre as sociedades metropolitanas, não permite a coexistência com o outro. A exemplo disso, no pensamento

abissal ocidental, temos a ciência que detém o monopólio o qual lhe possibilita classificar o que pode ser apreendido como verdadeiro, falso ou até mesmo como conhecimento válido ou inválido, conforme seus critérios científicos.

Portanto, a visibilidade e adoção do pensamento abissal como universal molda-se ao passo em que outras formas de conhecimento não são encaixadas no modelo dominante. Ou melhor, “o outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, assim como seus autores, e sem uma localização territorial fixa”. (SANTOS, 2007, p.73)

Somado a isso, temos em nosso contexto o racismo científico, no início do séc. XX, advindo da teoria social darwinista que buscavam o melhoramento racial através da higiene da nossa sociedade por meio do processo de eugenia. Um dos principais expoentes desta vertente é o médico legal baiano Raymundo Nina Rodrigues que expõe em seu texto que

[...] a constituição orgânica do negro modelada pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferente. Tratar-se-ia mesmo de uma incapacidade orgânica ou morfológica. (RODRIGUES, 2010, p. 289)

Quanto a esta temática ligada a produção literária, Conceição Evaristo destaca que no Brasil “o negro surge destituído do dom da linguagem” (2009, p. 22). Desta forma, as pessoas negras eram vistas como sujeitos afásicos que por ora detinham uma linguagem estranha e ainda eram inaptos a apreender em sua totalidade, o idioma do branco, uma vez que possuíam uma degeneração que lhe era natural.

Outrossim, os romances e as ficções produzidas a época com personagens negros repercutiam estereótipos racistas. Então, as imagens produzidas pela literatura hegemônica se ancoravam a

[...] um um passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor. (*idem, ibidem*, p. 23)

Portanto, a publicação e veiculação de obras de literatas negras eram interpoladas, além do racismo, pelo machismo. Desta maneira, a inclusão e aceitação de mulheres negras enquanto autoras cânones, se tornava uma tarefa ainda mais complexa.

Em consequência, o racismo estrutural uniria em seu escopo práticas racistas de cunho individual, como atos de violência e destruição da propriedade e o racismo institucional através da operação de forças sociais respeitadas no âmbito das instituições, haja visto que seria a instituição uma via fundamental para conformação e continuidade da supremacia branca. Com tais características, vem a se constituir racismo estrutural o racismo originado nas próprias relações sociais, sejam elas políticas econômicas, familiares e jurídicas.

Em outros termos, o racismo em sua forma individual e/ou institucional reproduzem preconceitos amplamente difundidos em meio social. Aliás, seria em vista disso, o racismo estrutural a matriz das outras duas formas de racismo aqui referidas (ALMEIDA, 2018). Assim, a dificuldade de literatas afro-brasileiros tornarem sua obra um cânone e ou midiática, decorre da intencionalidade política e ideológica de manutenção de uma tradição amparada em valores brancos, coloniais e machistas.

Mas, como afirma EVARISTO (2009)

existe no interior da literatura brasileira, ainda que com menos visibilidade, um discurso que subverte não só o sistema literário brasileiro, mas também contesta a história brasileira que prima em ignorar eventos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil. (p. 24)

É essa história que pretende superar o pensamento abissal a qual será evidenciada neste artigo, pois “o pensamento pós-abissal deve partir do pressuposto de que a diversidade do mundo é inesgotável de modo que deve ser construída uma epistemologia diversa” (SANTOS, 2007, p.84). Propósito este, que, inclusive, permeia e até mesmo alicerça a história de importantes movimentos e ações sociais.

Ainda que a imprensa colonial estivesse proibida pela Corte Portuguesa, apenas em 1808, com a chegada da família real, foi colocado fim nessa censura. A partir desse fato começaram a surgir os primeiros jornais do país, e com isso, conseqüentemente, os primeiros jornais negros. Segundo Salomão (2013), o primeiro jornal da imprensa negra surgiu no Rio de Janeiro, no ano de 1833.

O pasquim “*O Homem de Cor*” ou “*O mulato*” (1833), os jornais “*Realidade Constitucional ou Dissolução Social*” (1876), “*O Baluarte*” (1903), “*O Clarim da Alvorada*” (1924), “*Voz da Raça*” (1933), “*O Clarim*” (1935), “*O Alvorada*” (1945) e “*Novo Horizonte*” (1946), são alguns dos jornais de cunho abolicionista, que acompanharam as mudanças

ocorridas na transição do século, veiculados em diversas cidades do país. Assim sendo, a imprensa negra

[...] está relacionada a uma reivindicação identitária de pessoas e organizações sociais preocupadas com a questão racial. A ideia de identidade está imbricada numa rede de relações sociais, históricas e culturais que ultrapassa a classificação de um estilo para mostra-se como categoria.” (SALOMÃO, 2013, p.9)

Em outras palavras, a produção literária de brasileiros descendentes de africanos se distingue da imprensa nacional devido a sua especificidade quanto a temática, autoria, ponto de vista em relação aos fatos, linguagem e direcionamento de seu conteúdo para assuntos de interesse da população negra que era também seu público alvo (SALOMÃO, 2013). Apesar da pouca longevidade desses jornais, o seu corpo detém importantes informações quanto as restrições sociais sofridas por negros em uma sociedade racista e sua luta constante pela ascensão social no contexto pós-abolição.

Ademais, foi também em alguns desses jornais que escritores e literatos como Machado de Assis, puderam publicizar seus textos. A exemplo disso, temos o poema de Cruz e Sousa veiculado na primeira edição do “*O Clarim da Alvorada*”⁵:

Coração

Cruz e Souza

Coração é a sagrada pyra
Onde o mistério do sentir flameja
A vida da emoção elle a deseja
Como harmonia as cordas de uma lyra.

Um anjo meigo e candido suspira
No coração e purifica e beija...
E o que elle, o coração, aspira, almeja
E’ sonho de lagrimas delira.

E’ sempre sonho e também é piedade
Doçura Compaixão e suavidade
E graça, e bem, misericórdia pura.

Uma harmonia que dos anjos desce
Que como estrella e flor e som floresce
Maravilhando toda a criatura!

(CRUZ E SOUSA, 1924)

Diferentemente de Cruz e Souza e devido à forte repressão da época, muitos autores utilizavam, inclusive, pseudônimos para publicar seus textos e falar sobre temáticas pertinentes

⁵ “*O Clarim da Alvorada*” e outros tantos títulos da imprensa negra paulista estão disponíveis para consulta no Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo (<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>) que abrange 20 periódicos produzidos entre 1903 e 1963.

ao público leitor dos folhetins. Isso, alinhado a falta de dinheiro para a emissão e manutenção dos periódicos, fizeram com que muitos nem passassem de sua primeira edição.

Reunindo entidades do movimento negro de várias partes do país, figuras públicas e expoentes do esporte e da cultura negra, em junho de 1978 foi fundado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCAR). Originado como resposta à tortura, prisão e morte de Robinson Silveira da Luz, e à discriminação racial dirigida a quatro integrantes negros do time de voleibol infantil do Clube de Regatas Tietê (GELEDÊS, 2010), o grupo se colocava como frente ampla ao racismo.

Renomeado posteriormente para Movimento Negro Unificado (MNU), seu lançamento público ocorreu, em meio a Ditadura Militar, através de uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal da Cidade de São Paulo, em julho do mesmo ano. A partir de então,

...o Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre racismo para a esfera pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2017, p.21)

E foi assim que o MNU dissipou sua ação em diferentes esferas. Uma de suas primeiras ações foi a ressignificação e politização da idade de raça, seguida pela criminalização do racismo. Contando com a participação de Abdias do Nascimento, a necessidade de midiaticização da cultura e da produção artística e literária se fez uma segunda frente de luta do movimento. Desta forma, ainda em 1978 funda-se o Centro de Cultura e Arte Negra em São Paulo, além dos *Cadernos Negros*, que passaram a ser publicados anualmente pela *Quilombhoje*⁶, grupo fundado, em 1980, oficialmente por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros, com o objetivo de aprofundar e incentivar a produção literária afro-brasileira. E esses objetivos são declarados

Escrevo porque há que se despertar a consciência adormecida e preguiçosa de nosso povo, porque há que se cutucar com punhais/palavras os marginalizados que são meus personagens (e que provavelmente – não por falta de empenho de minha parte – nem venham a ler meus textos), porque há que se tentar sacudir a classe média, que só tem monstros sagrados e empoeirados e best-sellers, que em nada condizem com a nossa realidade, em suas estantes, uma realidade que fingimos não ver, e porque entendo que a literatura não deveria pertencer a uma determinada classe social e/ou raça. (COLINA, 1979, p. 103)

⁶ O *Quilombhoje*, além dos *Cadernos Negros*, reúne também em seu escopo a publicação de livros, novelas, peças de teatro, contos e poemas. Ainda em funcionamento, desde 1999, o grupo é organizado por Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa e conta com o subsídio de patrocínios, ONGs e colaboradores. Hoje, para além de trabalhos editoriais, o grupo se coloca como provocador e incentivador de ações para a promoção da literatura afro-brasileira. Essas e outras informações estão disponíveis em seu portal “<https://www.quilombhoje.com.br/site/>”.

Ademais, foi incentivado pelo Movimento Negro Unificado a promoção de encontros, sarais e congressos sobre questões raciais, étnicas e cultura afro-brasileira. Assim, posteriormente, para além dessas questões, surgiram preocupações quanto a promoção de uma educação equânime e de qualidade se tornou uma das principais lutas do movimento. A vista disso temos a ampliação do debate quanto as ações afirmativas no final da década de 80 até os anos 2000, além da conquista da lei 10.693/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na rede pública e privada de ensino em educação básica.

A pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes, em seu recente livro “O Movimento Negro Educador” (2017) relata que a decisão do movimento negro centrar seus esforços no campo educacional, parte do entendimento da educação “[...] ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros” (GOMES, 2017, p.24). Pois é, a educação, um relevante espaço que possibilita a intervenção reconhecimento, empoderamento e emancipação social.

Desde a década de 70, com o fortalecimento do Movimento Negro no Brasil, podemos presenciar em solo nacional, o aumento expressivo da produção de autores e literatos que reconhecidamente se assumem como afrodescendentes e pertencentes a etnicidade negra. Em consonância a esse movimento, as reivindicações colocadas inicialmente pelo MNU, ganham também visibilidade midiática e institucional.

Desta forma, em seguimento as práticas de resistência de negras, negros, coletivos e entidades sociais, a literatura afro-brasileira, ainda no século XX, passa a ocupar também o espaço de reflexão acadêmico. Conseqüentemente, o crescimento da busca e demanda por esse tipo de trabalho, segundo Duarte (2021), se dá também em razão das seguintes condições: a ampliação da chamada classe média negra, a lei 10.639/2003 no âmbito educacional e as ações afirmativas.

Com o crescimento da demanda, há também o aumento da produção. Atualmente, os trabalhos descendentes de epistemologias negras, ainda que não canonizados, ocupam um importante destaque nacional. Autoras e autores como Conceição Evaristo, Neusa Santos, Kabengele Munanga, Mãe Stella D’Oxóssi, Abdias do Nascimento, Mestre Didi, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e entre tantos outros literatas, artistas e intelectuais negros, passam a tonar-se referência no processo de construção de uma episteme negra brasileira.

Como uma das principais expoentes dessa vertente literária, a escritora mineira Maria da Conceição Evaristo (2009) afirma que a literatura afro-brasileira urge como um contra-discurso ao que é imposto como literatura cânone pela cultura hegemônica. Haja visto que

segundo sua leitura, as obras literatas afro-brasileiras são perpassadas pela vivência em terreiros, em comunidades quilombolas e remanescentes, na periferia e na própria sociedade racista brasileira. Tais experiências, conforme a autora, contribuem na diversificação da forma de escrita, conteúdo e modo de utilização da língua em obras ficcionais e não ficcionais.

Acadêmica sobre o assunto, Conceição Evaristo coleciona em seu currículo obras como *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006), *Poemas de Recordação e outros movimentos* (2008), o volume de contos “*Insubmissas lágrimas de mulheres*” (2011) e um dos seus mais conhecidos livros, “*Olhos D’agua*”, publicado em 2016 e ganhador do Prêmio Jabuti na categoria de Contos e Crônicas. Todos, tendo como referência sua experiência como mulher negra, afrodescendente, em um contexto social marcado pela escravidão, pelo racismo e sexismo. Como em seu texto “Recordar é preciso”:

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças dos
meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me
amedrontam e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a bóia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas
(EVARISTO, 2010, p.9 apud
MACHADO, 2012, p.9)

Outrossim, se faz indispensável evidenciar a contribuição de mulheres negras e suas epistemes no desenrolar dessa questão. A vista disso, a própria literata reivindica a existência de uma segunda vertente, dado as múltiplas problemáticas sociais que atravessam seu corpo. Como no seguinte excerto:

Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma ‘subjetividade’ própria vai construindo a sua escrita, vai ‘inventando, criando’ o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influencia minha subjetividade (EVARISTO, 2009, p.18).

Interseccionadas pelo problema da raça, gênero e classe, segundo a autora, as escritoras apresentariam um ponto de vista social pertinente. Desta maneira, a distinção de uma vertente feminina se faz relevante, pois,

Sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos de segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (EVARISTO, 2005, p. 205, grifo da autora).

De forma similar, ganha destaque, em função da lei 10.639/2003⁸ que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a literatura afro-brasileira infanto-juvenil. Fomentada pela corrida editorial iniciada em 2003 em busca de livros que contemplem a temática, cresceu-se o número de obras que contribuam na formação cultural e identitária de crianças e adolescentes afrodescendentes.

Nesse segmento, há uma intensa busca na remontagem do legado cultural brasileiro de matriz africana, visando uma afirmação identitária positiva e diferente da pejorativa ou estereotipada colocada por obras de Monteiro Lobato, por exemplo. Como afirma Kabengele Munanga, em seu livro conjunto com Nilma Lino Gomes “O negro no Brasil de hoje”:

no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (MUNANGA, 2006, p. 176)

Ademais, atualmente contamos com a divulgação de livros, obras, intelectuais, poetas e escritores em grandes portais direcionados a temática negra. Como o GELEDÉS, o próprio LITERAFRO hospedado na Universidade Federal de Minas Gerais, além de perfis nas redes sociais, a exemplo do Resistência Afroliterária que no Twitter reúne mais de 300 mil seguidores, que tem como objetivo difundir a produção literária de autores negros nacionais e internacionais.

Ainda assim, não podemos deixar de citar a relevância de Saraus, Congressos, Feiras, Rodas de Conversas, Palestras, Festivais de *Slam* e outros eventos, que ajudam na circulação desse tipo de informação. Em suma, são esses novos meios de comunicação e espaços que possibilitam a troca de informação entre jovens e adultos afrodescendentes quanto a produção literária nacional referente a autoras e autores afro-brasileiras.

Ainda que se tenha tentado driblar os obstáculos, superar más condições e lidar com toda contrariedade, a literatura afro-brasileira ainda enfrenta o grave (e secular) processo de silenciamento e invisibilização que persiste em nossa sociedade. É por isso que este e outros trabalhos sobre a temática se fazem pertinentes. Primeiro, para denunciar a parcialidade no meio midiático, acadêmico e no processo de canonização. E em seguida para reforçar que a falsa ideia de uma democracia social não é pertinente.

O racismo é uma violência que mata, fere e tenta apagar memórias tão duramente construídas. Por esse motivo, tratar dessa questão é ainda urgente, uma vez que discutir e refletir sobre o assunto nos permite recuperar os escritos de nossa história. Entender que a produção literária produzida por negros e afrodescendentes fazem parte da literatura nacional, ajuda a construir uma narrativa silenciada pela narrativa hegemônica colonial.

Diante disso, precisamos continuar empreendendo esforços e estratégias para que a literatura afro-brasileira, afro-brasileira infantil e a literatura afro-brasileira feminina continuem a ser dissonadas. A vista disso, contudo, são nos colocados outras adversidades. O alto custo de um livro no Brasil é uma das principais resistências que enfrenta a literatura afro-brasileira. A dificuldade de acesso a esse material e até mesmo a essa discussão são condições enfrentadas por pessoas negras e afrodescendentes que não dispõem de condições dignas de vivência.

Além disso, questões relacionadas a escolaridade ainda se fazem oportunas. É preciso que a leitora ou o leitor seja capaz de ler, compreender e interpretar o que está sendo colocado nesses escritos. Em razão desta e outras problemáticas é preciso pensar em métodos que iniciem o contato com essa literatura ainda na infância.

Mesmo com o reconhecimento da pluralidade de vivências no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusão da temática na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, instituição do Estatuto da Igualdade Racial, das Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e a Lei Caó, ainda não está incluída a realidade de todos as brasileiras e brasileiros na educação básica, a temática da cultura africana, indígena e afro-brasileira. Dessa maneira, intercedo em favor de uma educação brasileira que seja também contra hegemônica e ressalte valores que nos são ancestrais, para enfim dar início a superação do pensamento abissal.

Com o foco de fortalecer identidades de crianças, adolescentes e jovens afrodescendentes e negros brasileiros, através do encantamento pela literatura aqui referida, a autora Kiusum Oliveira, assinala para a necessidade da construção de uma Pedagogia da Ancestralidade. Haja visto que ela possibilitaria, através do aconselhamento e orientação de nossas crianças sobre o problema estrutural do racismo, a identificação e repressão antecipada de práticas discriminatórias.

Deste modo, podemos inferir que a Pedagogia da Ancestralidade, similarmente, se fundamenta em princípios relevantes ao empoderamento e reapropriação da nossa história, a partir de sua afirmação quanto a necessidade (e urgência) da emancipação epistêmica, por meio da luta e instituição de uma educação anti-racista. Além de que contribui no entendimento da relevância da formação quanto as relações étnicos-raciais enquanto política pública.

Inclusive, essa política pública, abriria precedentes que viriam a transformar nossa realidade social e diminuiria os impedimentos quanto a solidificação da literatura afrodescendente nacional. Pois, o racismo que é introduzido estruturalmente nas infâncias brasileiras seria progressivamente desconstruído. E assim, nos tornaríamos todos vigilantes a quaisquer tipos de práticas que venham a desconsiderar a diversidade étnica, racial e epistemológica brasileira.

Portanto, tendo em vista toda a discussão aqui realizada, concluímos que a literatura afro-brasileira além de alimentar e construir imaginários, tem também o poder da ação. É através dela que olhares empoderados, representados publicamente, politicamente e midiaticamente, trabalhariam em proveito a construção de um meio social que reconheça seus erros e alicerçado nisso construa caminhos para que isso não continue a se repetir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.

COLINA, Paulo. Fogo Cruzado. **Cadernos Negros**, n.2, São Paulo: Quilombhoje, 1979.

CRUZ E SOUZA. Coração. **O Clarim da Alvorada**, São Paulo, n. 1, p.1, 1924. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-06011924/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, v. 31, p. 87-110, 2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2021/1594>. Acesso em: 06 jun. 2021.

DE JESUS, Maria Carolina. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Ática, 2019.

DUARTE, Eduardo. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, v. 6, n. 2, p. 146-153, 25

mar. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DUARTE, Eduardo. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Literafro**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 19 jun. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

_____. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária - UFPB, 2005, p. 201-212.

_____. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca nacional, 2014.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

GELEDÉS. Movimento Negro Unificado. **GELEDÉS**, 04 de maio de 2010. Disponível em: https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-miltao/?gclid=Cj0KCQjwIMaGBhD3ARIsAPvWd6jJQQkpe6YmrWVrrNb6Gv6WuuofklsvSTkwUKLqC61pmmIfZzd7_doaAsurEALw_wcB. Acesso em: 16 jun. 2021

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

LEGISLAÇÃO PRESIDÊNCIA. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.639-2003?OpenDocument. Acesso em 02 jun 2021.

MACHADO, Bárbara. A literatura em movimento (negro): Conceição Evaristo e a intelectualidade negra carioca (1982-2006). In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340393199_ARQUIVO_Tex tocompletoENHO.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. Kabengele Munanga, Nilma

Lino Gomes. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Kiusam. Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil. **ABITIRÁ- Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n.1, p.3-14, 2020.1. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/8845>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados** [online], v. 18, n. 50, 2004, p. 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>. Acesso em: 12 jun. 2021.

POUND, Ezra. ABC da literatura. Org. Augusto Campos. 13º ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

PROENÇA FILHO, Domício. O negro na literatura brasileira. In: Boletim bibliográfico. **Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo, Biblioteca Mario de Andrade, v.49, n.14, jan./dez.1988.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. Edição comemorativa dos 150 anos do romance.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 303, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mmtct>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SALOMÃO, Renê Santos. **Que imprensa é essa? Os jornais negros de Salvador na década de 1980**. Orientador: José Roberto Severo. 2013. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31340>. Acesso: 02 jun. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 09 jun. 2021.